



REQUERIMENTO Nº 100 DE 2013

(Do Sr. JERÔNIMO GOERGEN)

Requer a realização de audiência pública para tratar da situação atual da Defesa Civil no Brasil e das políticas de gerenciamento de riscos e de desastres naturais.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requero autorização deste plenário para realizar audiência pública para tratar da situação atual da Defesa Civil no Brasil e das políticas de gerenciamento de riscos e de desastres naturais.

JUSTIFICAÇÃO

O homem vem intensificando as alterações no meio ambiente a fim de moldar o meio físico às suas necessidades e usos. Tais alterações provocam perturbações no equilíbrio dos sistemas naturais, resultando em situações de vulnerabilidade que podem provocar desastres. No Brasil, a ocorrência e a intensidade dos desastres naturais dependem mais do grau de vulnerabilidade das comunidades afetadas do que da magnitude dos eventos adversos.

Os desastres naturais mais recorrentes registrados no Brasil são os decorrentes de inundações, alagamentos, enxurradas, deslizamentos, estiagens, secas e vendavais, sendo que nos ambientes urbanos, que abrigam a grande maioria da população brasileira, as inundações, as enxurradas e os deslizamentos de solo ou rocha constituem-se nos eventos que causam os maiores impactos.

No Brasil, a Defesa Civil está organizada sob a forma de sistema, denominado de Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC). O SINPDEC é composto pelos órgãos e entidades da administração pública federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e pelas entidades públicas e privadas de atuação significativa na área de proteção e defesa civil, sob a centralização da Secretaria Nacional de Defesa Civil, órgão do Ministério da Integração Nacional.



Considerando que o desastre ocorre em âmbito local, ou seja, no município, a instituição local deve estar bem estruturada, articulada com os demais órgãos integrantes do SINPDEC, e, ainda, servir de referência para a tomada de decisão sobre ações preventivas e de resposta (socorro e assistência às vítimas, restabelecimento do cenário afetado e reconstrução de áreas atingidas).

Entretanto, percebe-se a baixa implementação da Defesa Civil municipal (menos de 10% dos municípios brasileiros têm órgãos de defesa civil implementados e estruturados), o que demonstra a necessidade de políticas que visem à implementação e à estruturação desses órgãos locais, principalmente nos municípios recorrentemente afetados por desastres.

Os desastres naturais prevalentes por região são mostrados na tabela abaixo:

Região	Desastres naturais prevalentes
Norte	Incêndios florestais e inundações
Nordeste	Secas e inundações
Centro-Oeste	Incêndios florestais
Sudeste	Deslizamentos e inundações
Sul	Inundações, vendavais e granizo

Fonte: Ministério da Integração Nacional.

O que se tem observado nos últimos anos são sucessivas e previsíveis calamidades públicas, ocasionando a perda de centenas de vidas, entre elas:

- Os deslizamentos na região serrana do Rio de Janeiro;
- A seca no sertão nordestino;
- Incêndio na Estação Ecológica do Taim, na região sul do Rio Grande do Sul;
- Incêndio na boite Kiss em Santa Maria, Rio Grande do Sul; e



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA

- Enchentes em Manaus.

Assim, é de fundamental importância a realização desta audiência pública, pois possibilitará que esta Casa e a sociedade tomem conhecimento da situação atual da Defesa Civil no país e dos programas e políticas públicas de prevenção, de gerenciamento de riscos e de desastres naturais.

Para isso, contamos com a contribuição de setores envolvidos, sendo os convidados:

1. O Ministro de Estado do Ministério da Integração Nacional;
2. O Secretário Nacional de Defesa Civil;
3. Representantes da Defesa Civil dos estados de Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Diante do exposto e considerando que o Regimento Interno da Câmara dos Deputados em seu Artigo 32, II, f, atribui como campo temático desta Comissão: *“sistema nacional de defesa civil; política de combate às calamidades.”*, solicito o apoio dos pares para aprovarmos este requerimento.

Sala das Comissões, em 23 de abril de 2013.

Deputado JERÔNIMO GOERGEN
(PP/RS)